

POLÍTICA

A Comissão de Sistematização decidiu manter o processo adotado no substitutivo Cabral para a formação de novas unidades da Federação.

Novos Estados? Agora, ficou difícil.

Constituinte



Constituinte: quem tem pressa?

Freitas Nobre

Todos assistiram à calma prometedoras com que foram sendo realizados os trabalhos das subcomissões e da própria Comissão de Sistematização, perdendo-se enorme tempo em discussões sem qualquer vinculação com o conteúdo das questões principais.

Por que teria ocorrido esse desinteresse?

Na primeira fase, foram vários os motivos, especialmente do próprio governo federal que pretendia ganhar tempo para comprometer suficientemente a maioria dos parlamentares com suas teses, ou melhor, com duas de suas teses: o período do mandato e o sistema de governo.

Mas, ao mesmo tempo, a pressão popular se fazia sentir, reclamando contra a lentidão dos trabalhos e a necessidade de entregar o quanto antes ao País uma Carta Constitucional capaz de restabelecer a tranquilidade quebrada com a fase de elaboração do texto jurídico destinado a modelar a sociedade brasileira.

Agora, o problema se coloca de outra forma.

O governo federal continua interessado no retardamento do texto da Constituição e, portanto, de sua promulgação, porém outras pressões surgiram com vistas ao seu apressamento, mudando o morno panorama parlamentar.

O líder do governo na Câmara distraiu-se, na semana passada, quando foram votadas as atribuições do primeiro-Ministro e só então se deu conta de que ao fixar essas atribuições, a Comissão de Sistematização estava, numa decisão preliminar, adotando o sistema parlamentarista. Não havia mais tempo regimental para que a verificação de votação fosse feita ou para a tentativa de alterar a decisão daquele órgão. Não restou, assim, ao líder do governo, senão obter a declaração

óbvia do presidente da Comissão de que se houvesse posteriormente decisão favorável ao presidencialismo, a matéria votada teria de ser objeto de revisão.

Esse detalhe mostra como as indecisões, intranquilidades e surpresas caracterizam a atividade da Assembleia Constituinte. Aqui fora, julgam as pessoas que essa perturbação seja simplesmente externa e que no Congresso Constituinte as coisas corram de forma mais tranqüila e natural. Os debates na Comissão de Sistematização nos últimos dias não demonstram a tendência de votações tranqüilas, mas, ao contrário, prometem agravar-se em pontos essenciais que ainda não foram, ali, objeto de votação.

Hoje, um dos grupos mais interessados no apressamento da votação do texto constitucional é o dos governadores, vigilantes em relação ao orçamento para 1988. Existe um dispositivo constitucional que deverá ser mantido na nova Carta, segundo o qual nenhum tributo pode ser exigido e cobrado senão quando tenha sido autorizado no exercício anterior e, por isso mesmo, tenha tido a oportunidade de integrar a proposta com a previsão orçamentária correspondente.

Além da decisão a ser tomada pelo plenário da Constituinte na quarta-feira da próxima semana, através de projetos de resolução que simplificam o processo de discussão e votação da matéria e dos seus destaques, os líderes de bancadas e a própria mesa da Assembleia encontraram, através de acordo, a forma de eliminar grande número de requerimentos que, destacando determinados artigos, incisos ou parágrafos, estão congestionando os trabalhos da Comissão e retardando a data da promulgação da Carta Magna.

Agora, a pressão dos governadores é particularmente marcante no sentido de aprovar, o quanto antes, o texto constitucional, pois eles querem preparar o orçamento estadual de 1988 com os índices de majoração de taxas, impostos, emolumentos, enfim, de tributos em geral, e não podem fazê-lo se não houver uma previsão antecipada que permita votar as majorações e modificações da legislação tributária até o último dia do corrente ano, e transferir recursos orçamentários da União para suas unidades.

O encontro dos governadores teve na semana passada, no Rio de Janeiro, um objetivo absolutamente claro: o apoio a Sarney e, de forma hábil, a obtenção da solidariedade do presidente às propostas dos Estados.

Os governadores não estão mais tão liberais com a destinação constitucional de recursos aos municípios e nem a União vê com bons olhos a ameaça de esvaziamento de suas receitas financeiras em razão da voracidade dos executivos estaduais.

Como essa disputa em relação à receita pública acentua-se dia a dia entre os governos da União, Estados e municípios, o poder central procura defender-se e o ministro Bresser Pereira reage, lembrando que a Nação ficará impotente para executar suas tarefas específicas, ante a impossibilidade de transferir recursos e ao mesmo tempo, manter os serviços, como de fato propõem os lobbies estaduais e municipais.

Os governadores cobram, agora, do presidente da República, o sólido apoio que lhe levaram e centralizam sua ação sobre a rapidez da Constituinte para que os tributos em 1988 estejam protegidos pela lei votada em exercício anterior, com o amparo do texto constitucional.

A Comissão de Sistematização da Constituinte iniciou ontem a análise do Título II, que trata da Organização do Estado. E, depois de três votações sucessivas, manteve o dispositivo do substitutivo Bernardo Cabral que dificulta a criação de novos Estados.

O parágrafo 3º do artigo 17 diz que "os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros ou formarem novos Estados, mediante aprovação das respectivas Assembleias Legislativas, das populações diretamente interessadas, através de plebiscito, e do Congresso Nacional".

Pela Constituição atual, a regulamentação da matéria foi transferida para lei complementar, criando as facilidades hoje existentes. Se a redação do parágrafo for mantida no plenário da Constituinte, ficará muito remota a pretendida formação dos Estados de Tocantins (no Norte de Goiás), de Santa Cruz (no Sudeste baiano), do Triângulo Mineiro e do Iguazu (no Oeste do Paraná).

Dois das emendas rejeitadas visavam principalmente excluir as Assembleias Legislativas do processo, dando ênfase apenas à consulta às populações. Uma terceira, também rejeitada, pretendia modificar o processo, fazendo-o começar pelo plebiscito.

Também foi votada emenda do deputado Otomar Pinto, de Roraima, que incluía os territórios federais entre as unidades que compõem a organização político-administrativa do País. A matéria, porém, foi prejudicada pela falta de quórum. A mesma emenda pretendia suprimir o parágrafo 2º do artigo, que diz: "Os territórios federais integram a União". Segundo o relator Bernardo Cabral, a aprovação da emenda transformaria automaticamente os atuais territórios em Estados — interpretação contestada pelo deputado Gérson Peres (PDS-PA). A proposta foi derrotada.

Terras indígenas

Terminado o exame do Capítulo I, sem nenhuma alteração, a Comissão de Sistematização passou para o



Severo



Scalco



Lula

Capítulo II, que trata dos bens da União. Mas, as primeiras tentativas de mudança foram rejeitadas.

Destaque do deputado Euclides Scalco (PMDB-PR) pretendia eliminar a expressão "de posse imemorial" do Inciso IX, que inclui entre os bens da União "as terras de posse imemorial, onde se acham permanentemente localizados os índios". A defesa da proposta (rejeitada) foi feita pelo senador Severo Gomes, para quem a expressão autorizava a redução das terras dos índios, já que muitos são transferidos de suas áreas primitivas pela Funai.

Outro destaque, do deputado Haroldo Lima (PC do B-BA), propunha a troca de todo o inciso, que passaria a incluir entre os bens da União "as terras ocupadas pelos índios". Houve empate de 43 votos sem atingir o quórum.

Prazos

Apesar das tentativas de reduzir o número de pedidos de destaque, será impossível à Sistematização concluir seu trabalho dentro do prazo: dia 28 próximo. Para o deputado Euclides Scalco, a solução será mesmo o funcionamento simultâneo da Sistematização e do plenário da Constituinte. O líder do PFL, José Lourenço, discorda. Para ele, o "plenário tem condições de fazer o trabalho de votação melhor do que estamos fazendo". Por isso, Lourenço defende que, terminado o prazo, o texto seja remetido ao plenário na forma em que está.

O líder do PT, deputado Luís Inácio Lula da Silva — preocupado com a crise econômica e com o Crack das Bolsas de Valores —, disse que o funcionamento simultâneo da Sistematização e do plenário da Constituinte poderia impedir, por falta de tempo, que também o Senado e a Câmara realizem sessões, dificultando o exame dos problemas econômicos do País. Além do "espaço" para a análise da conjuntura brasileira, Lula sugeriu uma reunião de emergência dos líderes partidários: "Do contrário — advertiu — este país irá à falência".